



Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 351
01/06/12 a 07/06/12¹**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Henrique Neto Santos, Laís Siqueira Ribeiro Cavalcante, Lívia Peres Milani, Natália Ruani Jorge do Prado, Thássia Pedrina Bollis.

¹No dia 04 de junho, não houve notícias de Política Externa Brasileira.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Brasil apoiou convocação de reunião da ONU

No dia 31 de maio, em Genebra, na Suíça, o Itamaraty apoiou a convocação da reunião de emergência do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi um dos copatrocinadores do encontro. No dia 1 de junho, durante a reunião, o Brasil apoiou a resolução aprovada no CDH que condena o regime sírio pelo ultraje uso de força contra uma população civil, e aponta indícios de crime contra a humanidade. Ademais, o documento concedeu ao brasileiro presidente da comissão de inquérito sobre a Síria, Paulo Sérgio Pinheiro, um mandato especial para investigar o massacre de Hula, no país sírio. O governo brasileiro ainda repudiou a possibilidade de interferência externa no país árabe. De acordo com a embaixadora do Brasil na ONU, Maria Nazareth Farani de Azevêdo, não há solução militar para a atual crise na Síria (Folha de S. Paulo – Mundo – 02/06/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/06/2012; O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/06/2012).

Embaixador brasileiro declarou que Rio+20 não definirá metas de desenvolvimento sustentável

No dia 31 de maio, durante a penúltima rodada das negociações pré-conferência, em Nova York, o embaixador e secretário executivo da Comissão Nacional para a Rio+20, Luiz Alberto Figueiredo Machado, declarou que a cúpula não deverá definir prazos e metas de desenvolvimento sustentável. Segundo o embaixador, o Brasil vê com bons olhos a ideia de metas, mas não há tempo para defini-las até a Rio+20, pois, para Machado, elas só serão determinadas entre 2013 e 2015, visto que dependem do parecer de técnicos e cientistas. O negociador brasileiro também afirmou que os países emergentes não buscam isentar-se da responsabilidade de ajudar outros países em desenvolvimento a financiar iniciativas sustentáveis, porém cobram maior engajamento das nações desenvolvidas para atingir esse tipo de objetivo. O secretário executivo ainda ressaltou que há um consenso entre os países de que o Programa da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) necessita de um orçamento a fim de não depender apenas de doações. No dia 2, após a última rodada de negociações, Machado declarou que, apesar de haver consenso sobre os objetivos, os temas específicos ainda não foram definidos. O principal debate é sobre a quantidade de temas incluídos nas metas, que abrange assuntos que vão de mineração a oceanos, passando por água e economia verde. Para o Brasil, o número ideal seria entre oito e dez (Folha de S. Paulo – Ciência+Saúde – 01/06/2012; O Estado de S. Paulo – Vida – 01/06/2012; O Estado de S. Paulo – 03/06/2012).

Brasil contestou relatório de organizações multilaterais



Observatório de Política Exterior do Brasil

O governo brasileiro contestou os dados divulgados em relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que apontam o país como o recordista na aplicação de novas medidas protecionistas no mundo nos últimos seis meses. Segundo a equipe da presidente Dilma Rousseff, o Brasil adota mecanismos a fim de proteger a indústria de práticas desleais conduzidas por países desenvolvidos para sair da crise. O Ministério da Fazenda informou que considera um equívoco dizer que o Brasil pratica políticas protecionistas. Segundo a assessoria do ministro da Fazenda, Guido Mantega, o que o país tem feito é defender-se da estratégia de dumping cambial que se espalhou pelo mundo e sobre a qual a OMC não tem dado a devida atenção. Já o diretor de Negociações Internacionais do Ministério do Desenvolvimento, Daniel Godinho, declarou que o relatório divulgado traz resultados um pouco temerários, visto que contém erros conceituais, pois adota os mesmos critérios para analisar a conduta de países que seguem e que não seguem as normas da OMC (O Estado de S. Paulo – Economia – 01/06/2012).

Brasil limitou visitas políticas a senador boliviano em embaixada

O governo brasileiro tem limitado as visitas políticas ao senador opositor boliviano, Roger Pinto, na embaixada do país em La Paz. O Itamaraty pediu compreensão, para que a embaixada continue sendo um ambiente de trabalho (Folha de S. Paulo – Mundo – 02/06/2012).

Rousseff declarou que Rio+20 é oportunidade única para discussão

No dia 4 de junho, durante visita do rei da Espanha, Juan Carlos, ao Brasil, a presidente Dilma Rousseff declarou que a Rio+20 será uma oportunidade única para refletir sobre padrões de desenvolvimento para as próximas décadas capazes de gerar crescimento econômico com inclusão social e proteção ao meio ambiente. Na ocasião, Rousseff destacou a importância do diálogo com as autoridades espanholas no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (O Estado de S. Paulo – Vida – 05/06/2012).

Rousseff cobrou ação conjunta entre principais países da economia mundial

No dia 4 de junho, em Brasília, a presidente Dilma Rousseff declarou que a retomada do crescimento mundial não pode depender somente dos países emergentes e cobrou uma ação coordenada e solidária entre todos os principais países da economia, reiterando que o Brasil irá levar essa mensagem para a próxima cúpula do G20. Ainda no encontro, as autoridades



Observatório de Política Exterior do Brasil

brasileira e espanhola também discutiram o problema de migração entre os dois países. Juan Carlos declarou que a o governo espanhol já está trabalhando para resolver o impasse através da redução de exigências para a entrada no país e acrescentou que os brasileiros são muito bem-vindos na Espanha. O porta-voz do Itamaraty, Tovar Nunes, alegou que há vontade política para resolver esse problema. Além disso, o Itamaraty afirmou que essas novas medidas contribuirão para impedir decisões arbitrárias de barrar brasileiros com base em regras burocráticas (Folha de S. Paulo – Poder – 05/06/2012; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/06/2012; O Estado de S. Paulo – Economia – 05/06/2012; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/06/2012; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 06/06/2012; O Estado de S. Paulo – Economia – 07/06/2012).

Brasil apoiou reformas em reunião da OEA

No dia 5 de junho, durante 42ª a Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), na Bolívia, o Brasil aderiu à defesa das reformas do sistema interamericano de direitos humanos e negou que estas possam enfraquecer a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Ademais, o brasileiro Roberto Caldas foi eleito juiz desta comissão. No dia 4 de junho, por ocasião da reunião, os participantes do encontro aprovaram a Carta Social das Américas. O documento é uma contra-partida à Carta Democrática Interamericana, com base na qual Cuba está excluída da OEA, e não estabelece metas ou prazos. A Carta afirma que os povos da América têm uma legítima aspiração à justiça social e seus governos, a responsabilidade de promovê-la. Na madrugada do dia 6, a Assembleia Geral decidiu que o Conselho Permanente, formado pelos embaixadores dos Estados membros, será responsável por elaborar uma proposta de reforma à CIDH. O documento deverá ser votado em Assembleia Geral da organização (Folha de S. Paulo – Mundo – 06/06/2012; O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/06/2012; O Estado de S. Paulo – Nacional – 06/06/2012; O Estado de S. Paulo – Nacional – 07/06/2012).